

MOVIMENTO FEMININO, MEMÓRIA E LUTA DE CLASSES

JACIARA VEIGA¹

RESUMO

A memória é um fenômeno social que está inserido na dinâmica do modo de produção capitalista e de suas formas de regularização das relações sociais. Ela é perpassada por disputas, uma vez que, nas sociedades classistas existem diversas versões da história, e as lembranças do passado são geralmente as lembranças dos dominantes. O processo de recordação ou evocação das lembranças ocorre a partir de um conjunto de determinações. A evocação e o esquecimento destas são produtos sociais e históricos. No interior dos movimentos sociais existe uma luta em torno da memória, onde tanto a rememoração quanto o esquecimento tem um significado político. O presente artigo discute o processo de recuperação memorial das lutas do movimento feminino pelo feminismo, que ao apresentar sua versão ideológica da história como a verdadeira história da luta das mulheres em geral, gerou impactos na memória social, bem como na memória coletiva do movimento feminino.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento feminino, Feminismo, Memória, Luta de classes.

¹ Universidade Federal de Goiás

ABSTRACT

Memory is a social phenomenon that is inserted in the dynamics of the capitalist mode of production and its forms of regularization of social relations. It is traversed by disputes, since in class societies there are several versions of history, and the memories of the past are usually the memories of the dominant class. The process of the memory or evocation of memories occurs from a set of determinations. Evocation and oblivion of these are social and historical products. Inside the social movements, there is a struggle around memory, where both remembrance and forgetting has a political meaning. This article discusses the process of memorial recovery of the struggles of the feminine movement for feminism, which by presenting its ideological version of history as the true history of women's struggle in general, generated impacts on social memory, as well as on the collective memory of the women's movement.

KEY WORDS

Women's movement; Feminism; Memory; Class struggle

A questão da memória foi abordada por filósofos, psicólogos, sociólogos e historiadores, constituindo assim, uma variedade de concepções acerca da memória. Partimos da concepção marxista da memória, que nos possibilita compreender seu caráter social e seu envolvimento nas lutas de classes. A memória é um fenômeno social, isto é, ela está inserida na dinâmica do modo de produção capitalista e de suas formas de regularização das relações sociais. A questão da memória é perpassada por disputas, uma vez que, na sociedade de classes existem diversas versões da história, e nas sociedades classistas, as lembranças do passado são geralmente as lembranças dos vencedores, dos dominantes (VIANA, 2020).

A memória é o conjunto de lembranças armazenadas em nossa mente, sendo que algumas dessas lembranças são recordadas e outras não, mas ainda assim todas fazem parte dela. As lembranças guardadas em nossa mente são uma espécie de consciência latente, ou seja, está adormecida, mas é suscetível de se manifestar. Isso quer dizer que não é a memória em si que é seletiva, mas sim o processo de recordação ou evocação das lembranças, e isto ocorre a partir de um conjunto de determinações. Tanto a evocação das lembranças quanto o esquecimento destas são produtos sociais e históricos.

A memória pode ser tanto individual, quanto social e coletiva. A memória individual é o conjunto de lembranças armazenadas na mente do indivíduo, e são rememoradas de acordo com as necessidades e mecanismos de seleção gerados pela consciência individual. A memória social é o conjunto de lembranças da sociedade em geral, que são expressas na cultura (produções intelectuais, materiais etc.). Já a memória coletiva refere-se à memória das coletividades (classes, grupos sociais, dentre outros setores da sociedade). Vale ressaltar que a memória social tem predominância sobre a individual e a coletiva (VIANA, 2019b; VIANA, 2020).

Nosso foco aqui é a memória coletiva e sua relação com os movimentos sociais. Uma vez que os movimentos sociais são perpassados por divisões e subdivisões, diversas tendências, concepções (ideologias, doutrinas, representações etc.), a questão da memória torna-se importante, pois, além de poder resgatar, bem como recuperar as lutas, conquistas e experiências do grupo social, ela é um elemento que aglutina e reforça a luta deste grupo. Nesse sentido, podemos dizer que existe uma luta em torno da memória no interior dos movimentos sociais, onde tanto a rememoração quanto o esquecimento tem um significado político. E este, uma vez inserido no conjunto da sociedade, está envolvido nas lutas de classes, bem como nas concepções políticas e ideológicas etc. (VIANA, 2019b).

A luta em torno da memória coletiva de um grupo se dá via rememoração. Rememorar é um processo seletivo, onde se resgata/recupera o que é de interesse daquele que rememora. Desta forma,

O primeiro ponto a ressaltar, no que se refere à memória coletiva, é a de que existe uma luta pela rememoração e os principais agentes desta luta são as classes sociais e os seus representantes intelectuais. Tanto no âmbito das representações cotidianas (“senso comum”) quanto na do saber noosférico (científico, filosófico etc.) esta luta se faz presente. As diversas abordagens do passado (tanto das representações cotidianas, quanto do saber noosférico, complexo, especialmente a historiografia) estão envolvidas neste processo. Mas esta luta não termina aí e ocorre também em torno da definição de memória e suas determinações. A luta pela memória é, portanto, simultaneamente, teórica e prática (VIANA, 2020, p. 138).

A memória coletiva de um grupo pode ser resgatada ou recuperada, efetivando assim, uma luta pelo resgate memorial (resgate daquilo que é verdadeiro), de um lado, e pela recuperação memorial (reinterpretação de algo verdadeiro transformando-o em falso), por outro. É, portanto, a perspectiva de classe que determinará pelo resgate ou pela recuperação memorial. No que refere aos movimentos sociais, a relação com a memória é a mesma. Cada movimento social gera suas lembranças coletivas, e estas, se conservam ou se perdem com o tempo. Os grupos sociais que são policlassistas, possuem em seu interior divisões de interesses, que podem ser vistos na rememoração de suas lutas.

Foi o que ocorreu com o movimento feminino, que foi apagado da história pelo feminismo (inclusive sem ter registro, pois, como trabalhadoras não tinham como realizar uma produção intelectual sobre suas lutas etc., o que facilitou a apropriação das mesmas). Quando falamos em movimento de mulheres, logo nos vêm à mente “movimento feminista”. As lutas das mulheres trabalhadoras e demais classes inferiores foram apagadas da “história oficial”, através da ideologia feminista, que acabou por transformar toda e qualquer luta em favor das mulheres em feminismo. A concepção feminista tornou-se hegemônica e, ao apresentar sua versão ideológica da história como a verdadeira história da luta das mulheres em geral, gerou um impacto na memória social, bem como na memória coletiva do movimento feminino. Ao apresentar o movimento feminino, um movimento heterogêneo, perpassado por divisões e subdivisões, como algo homogêneo, o “movimento feminista”, que desconsidera as diferenças entre as mulheres, inclusive a de classe social (mesmo quando diz considerá-la), evidenciando apenas suas semelhanças (esquecendo-se que mesmo na semelhança ainda existem diferenças), as feministas mostram uma recuperação memorial e, por conseguinte, uma apropriação da história do movimento feminino de acordo com seus interesses, apagando seu vínculo com a luta do movimento operário.

A historiografia do feminismo, apresentada em ondas, reproduz as concepções e valores hegemônicos de cada época da sociedade capitalista (regimes de acumulação). A cada regime de acumulação é gerado um novo paradigma hegemônico e novas ideologias que reforçam a hegemonia da ideologia feminista — o feminismo (na sua versão hegemônica) reproduz tais paradigmas. Sua adequação ao paradigma hegemônico, o aproxima das ideologias também hegemônicas e, por conseguinte, faz sua versão ser aceita por outras ideologias, intelectuais, reforçando, desta maneira, a sua força na sociedade e sua aparência de ser o mo-

vimento feminino, substituindo-o e contribuindo para que as lutas das mulheres trabalhadoras sejam “esquecidas”, ou mesmo “recuperadas”.

A recuperação memorial realiza o seu processo de invenção memorial a partir do que denominou “primeira onda feminista” (GARCIA, 2011), onde nem sequer existia movimento feminino, muito menos sua ramificação, o feminismo² — o que existia era tão somente manifestações individuais sobre a questão da mulher, mas que foram apresentadas como lutas feministas. A “segunda onda”, de acordo com a historiografia, teria marcado o feminismo como “um movimento social de âmbito internacional, com identidade autônoma e caráter organizativo”, foi na verdade, o período em que se consolidou o movimento feminino que, por sua vez, já apresentava duas tendências em seu interior, a burguesa e a proletária, e essas manifestavam concepções e ações distintas. Só para ficar nesses dois exemplos de recuperação memorial.

O mesmo ocorreu com a luta das mulheres (Zetkin, Luxemburgo, entre outras) que vincularam as lutas das mulheres com a luta do proletariado, inclusive fizeram críticas ao feminismo (como pode ser visto nas citações a seguir), mas que foram sufocadas e apresentadas como sendo “lutas feministas”.

[...] a luta pela emancipação da mulher proletária não pode ser uma luta semelhante à que desenvolve a mulher da burguesia contra o homem de sua classe; pelo contrário, a sua é uma luta unificada à do homem de sua classe contra a classe dos capitalistas. Ela, a mulher proletária, não necessita lutar contra os homens de sua classe para derrubar as barreiras que a livre concorrência levantou. As necessidades de exploração do capital e o desenvolvimento do modo de produção moderno eliminaram completamente essa luta. Pelo contrário, devem ser levantadas novas barreiras contra a exploração da mulher proletária, com as quais devem se harmonizar e garantir seus direitos de esposa e mãe. O objetivo final de sua luta não é a livre concorrência com o homem, mas a conquista do poder político por parte do proletariado. A mulher proletária combate ombro a ombro com o homem de sua classe contra a sociedade capitalista. Tudo isso não significa que não deva apoiar, também, as reivindicações do movimento feminino burguês. Porém a conquista dessas reivin-

²Ou seja, não existiam organizações, concepções (doutrinas, teorias, ideologias) desenvolvidas, etc.

dicações somente representa para ela o instrumento, como meio para um fim, para entrar em luta com as mesmas armas ao lado do proletário (ZETKIN, 1896, p. 60).

A mulher burguesa não tem nenhum interesse real em direitos políticos pois não exerce uma função econômica na sociedade, pois usufrui dos frutos acabados da dominação de classe. A reivindicação por igualdade de direitos femininos é, onde ela se manifesta nas mulheres burguesas, mera ideologia de alguns grupos fracos, sem raízes materiais, um fantasma da oposição entre a mulher e o homem, uma esquisitice. [...] A proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, e igualmente sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho (LUXEMBURGO, 2019, p. 56-57).

Apesar de suas críticas ao feminismo, essas mulheres são apresentadas como feministas, demonstrando que além da apropriação da história do movimento feminino, as feministas também recuperaram a luta dessas mulheres, deformando-as de acordo com seus interesses. As feministas apropriaram e deformaram o movimento feminino. Além de impor sua interpretação para o movimento feminino, o feminismo também realiza uma reinterpretação contemporânea das abordagens anteriores, como demonstra a citação abaixo.

O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, é sem dúvida alguma uma das principais obras de referência nos estudos sobre mulher e *relações de gênero*. Publicado originalmente na França, em 1949, quando a Europa ainda se recuperava das feridas abertas pela Segunda Guerra Mundial, o livro é um amplo tratado sobre a “questão da mulher” na perspectiva existencialista. Apresentado em dois volumes, faz a crítica, no primeiro, ao determinis-

mo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que mulher é uma *construção social*, historicamente determinada, *construída* no pensamento ocidental como “o outro”. Iniciado com a famosa frase, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, o segundo volume analisa como se dá esse “tornar-se” na França do pós-guerra, e como se manifesta a subordinação da mulher nesse contexto (MOTTA; SAR-DENBERG; GOMES, 2000, p. 15, grifo nosso).

A citação traz uma interpretação subjetivista e generista da autora existencialista, uma vez que atribui o construto “gênero” ao seu pensamento, sendo que este é anterior ao surgimento do mesmo (Beauvoir escreve de acordo com a ideologia existencialista, enquanto que o generismo emerge no paradigma subjetivista). Além disso, ao utilizar o termo “construção social” (que não consta no pensamento de Beauvoir), a autora realiza uma recuperação memorial e reinterpretação contemporânea, fundada no paradigma subjetivista e suas ideologias (generismo), demonstrando a força do paradigma hegemônico e seu domínio sobre as ideias feministas.

A força do paradigma (neste caso, o subjetivista) é tão grande que até algumas autoras, supostamente marxistas, acabaram caindo no ecletismo e submeteram-se ao subjetivismo, juntando *gênero* com o pseudomarxismo. Este é o exemplo da socióloga Heleieth Saffiotti, que se dizia marxista nos anos 1970 e escreveu *A Mulher na Sociedade de Classes* (1976), sem utilizar de elementos subjetivos e subjetivistas, muito menos termos como “gênero”, mas ao contrário, falava em classe social, relações entre sexos etc., tal como se vê na citação abaixo:

Assim, a consciência de classe suplanta a consciência que eventualmente uma categoria de sexo possa alcançar de sua situação. Se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada. A solidariedade entre os elementos de uma categoria de sexo subordina-se, pois, à condição de classe de cada um. Mesmo as relações entre os sexos variam em função, pelo menos parcialmente, da classe social a que pertençam os elementos envolvidos. Sobretudo no setor da produção de bens e serviços se

tornam nítidas as diferenças nas relações entre os sexos quando se passa de uma classe para outra. Entre as mulheres e homens da burguesia a solidariedade de classe se estabelece inteiramente; nada há que mine sua coesão, pois a mulher se beneficia da apropriação da mais-valia criada pelo trabalho do produtor imediato por parte de seu marido. Na classe trabalhadora, a solidariedade é, às vezes, turvada por uma semiconcorrência entre os sexos. A mulher proletária e dos estratos médios da sociedade disputa com os homens de sua mesma posição social os postos que lhe possam garantir o sustento (SAFFIOTTI, 1976, p. 45).

Após a moda do *gênero*, a autora escreve *Rearticulando Gênero e Classe Social* (1992), adotando o ecletismo tentando juntar generismo e marxismo, chegando ao ponto de defender uma “ciência feminista”.

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem ar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como culturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de **uma maneira feminista de fazer ciência**. Esta constitui também uma forma de repor os seres humanos no objeto da ciência; uma maneira, em suma, de tornar HUMANAS as Ciências Humanas (SAFFIOTTI, 1992, p. 211, grifo nosso).

Isso nos demonstra como o feminismo se adequa ao paradigma hegemônico de cada época, o que lhe aproxima das ideologias hegemônicas e, por conseguinte, faz sua versão ser aceita por outras ideologias, intelectuais, reforçando, por conseguinte, a sua força na sociedade e sua aparência de ser o movimento feminino, substituindo-o. A adequação do feminismo aos paradigmas hegemônicos vincula a luta das mulheres (já que tem efeito no setor do movimento feminino ligado às classes superiores e em menor grau das classes inferiores),

limita, bem como a correlaciona com as tarefas políticas, econômicas e culturais da burguesia no regime de acumulação, que remete para a forma estatal e suas políticas estatais.

O Estado, que no atual regime de acumulação passa a intervir minimamente na economia e nas políticas de assistência social, gerou a modalidade neoliberal, cujo foco é nas políticas segmentares, isto é, voltadas para segmentos da sociedade (mulheres, juventude, negros etc.), que passaram a ser vistos como agentes da transformação, gerando um impacto nos movimentos sociais (vários setores destes tendem ao microrreformismo), bem como no plano cultural (emergência da ideologia pós-estruturalista).

Os elementos principais que unificam as distintas concepções pós-estruturalistas (recusa da totalidade e da historicidade, fim da história e das classes sociais, etc.) possuem enorme ressonância no conjunto das lutas específicas em nossa sociedade, notoriamente nas que tangem às questões da mulher, da homossexualidade e dos negros (as). Segundo a perspectiva defendida pelos ideólogos do pós-estruturalismo e dos movimentos sociais sobre sua influência, tais lutas possuem um fim em si mesmo: isso se manifesta na negação da necessidade de sua articulação com o movimento das classes exploradas e oprimidas. Ademais, elas apontam para microrreformas e políticas públicas com efeito anestésico e paliativo, reforçando a integração desses grupos sociais à lógica estatal. Tais políticas só consolidam e mascaram as relações de classes, que são fundamentadas na exploração, dominação e alienação (SILVA; ANJOS, 2017, p. 121).

A influência pós-estruturalista no interior dos movimentos sociais se manifesta no plano da linguagem, da renovação hegemônica, que gera uma renovação linguística³, isto é, a ênfase é na linguagem, no discurso, na cultura. No movimento feminino, isso pode ser identificado no interior de uma de suas ramificações, o feminismo. Este “novo feminismo”, também chamado de “feminismo

³A renovação hegemônica subjetivista se constitui a partir de um conjunto de renovações (linguística, analítica, axiomática, perceptiva). A renovação linguística ocorre através da ressignificação de diversos termos de concepções passadas, mas também pela inovação, sendo notável a proliferação de novos termos: empoderamento, empreendedorismo, pós-estruturalismo, pós-modernidade, pós-marxismo, empatia, desconstrução (VIANA, 2019a).

culturalista”, trata a questão da mulher como uma “questão cultural”, e acredita que para solucionar os problemas das mulheres basta uma mudança de cultura.

O feminismo culturalista compartilha não somente os limites do feminismo em geral, como agrega valor ideológico ao mesmo. O culturalismo é um mal da sociedade capitalista “pós-moderna”. O feminismo culturalista é apenas um remendo mal feito desse mal. Os problemas do feminismo culturalista, na sua parte culturalista, podem ser destacados e divididos em dois principais: a) a cultura passa a ser o centro da ação feminina, isolado do mundo circundante. O feminismo em si tem a tendência de isolar as relações entre os sexos e esse “novo feminismo” aprofunda isso tornando essa relação meramente cultural. E transforma o cultural em essencial. (...) O social é expulso pelo cultural e nesse campo, a ideologia reina totalmente. Sempre foi papel da ideologia autonomizar as ideias. b) a história da cultura é esquecida. A sua produção e sua lógica de produção é abandonada e naturalizada. A cultura passa a ser produto dos homens machistas por serem homens (e naturalmente e essencialmente “machistas”). A cultura é produto dos homens machistas por causa da essência masculina (e, contraditoriamente, afirmam que não existem “essências” ou “essências femininas”). (...) A história é esquecida, a formação das sociedades de classes é esquecida, o capitalismo é esquecido. Só restam homens e mulheres e fora da história (COLLETIVO 8 DE MARÇO, 2016).

Com a ideologia pós-estruturalista (e o discurso da fragmentação, da identidade), isola-se a cultura da totalidade das relações sociais, e a questão passa a ser os sujeitos e sua subjetividade, que geralmente são abstratificados, ou seja, são analisados fora das relações sociais e da história. A partir daí, surgem diversas outras ideologias que invertem a realidade e a transformam em “construção cultural”⁴, dando origem ao discurso ideológico da “desconstrução”⁵, mais uma

⁴A crítica feita ao essencialismo, deu lugar a outro essencialismo, o essencialismo culturalista das identidades.

⁵“A ideia de desconstrução (DERRIDA, 1960) é anterior ao surgimento do pós-estruturalismo e do paradigma subjetivista, mas foi assimilada pelos ideólogos pós-estruturalistas” (VIANA, 2019a).

variante do paradigma subjetivista⁶. Este novo paradigma é a base do feminismo contemporâneo, onde a mulher real, que é um ser humano e constituída socialmente, dá lugar à mulher imaginária, uma “construção cultural”. Como consequência, no lugar da luta real aparece a luta imaginária — se o problema reside nas relações entre os sexos, a solução, logo, será a igualdade entre os sexos (que no capitalismo é o trabalho alienado, a produção generalizada de mercadorias, exploração e dominação, controles e constrangimentos generalizados etc.).

Essa concepção acaba por gerar um empobrecimento, bem como um desvio da luta das mulheres, que passa a girar em torno de cargos, leis, moral, controle, repressão, isto é, de acordo com a ordem burguesa e suas instituições; uma luta que não passa de reformas no interior da própria sociedade, e mais, dentro dos limites impostos por ela. O feminismo contemporâneo, que é expressão do atual regime de acumulação, não passa de uma mistificação que ilude as mulheres com ínfimas conquistas no interior do capitalismo. Seu caráter fragmentário e isolacionista contribui para amortecer os conflitos de classe, diluindo-os em questões de ordem individual e identitária. Desviando, deste modo, as mulheres da verdadeira luta pela libertação feminina.

Nesse sentido, concluímos que o feminismo não só aponta um falso problema para a questão da mulher, como oferece uma falsa solução — o reducionismo e isolamento das lutas femininas contribuem com a reprodução de sua dominação e exploração. Ele é uma ilusão, que se coloca como instrumento de libertação das mulheres quando, na verdade, não passa de uma nova prisão (ANDERSON, 2021). Prisão esta, que está de acordo com as tarefas da burguesia a cada regime de acumulação. Sua influência no interior do movimento feminino é grande e, embora se coloque como crítico do capitalismo e defensor de todas as mulheres, é possível percebermos sua defesa implícita do mesmo, bem como a defesa dos

⁶O subjetivismo joga para o sujeito a responsabilidade da produção de ideias, de ação política, etc. O sujeito pode ser tanto o indivíduo do liberalismo e neoliberalismo, quanto os grupos sociais que se tornam “múltiplos sujeitos”, que segundo muitos poderiam ser “revolucionários”, mas segundo a maioria, devem falar por si mesmos, como já diziam Foucault (1989) e Guattari (1981) e depois se espalhou por várias outras ideologias e doutrinas, até atingir os movimentos sociais (CARVALHO, 2015). Assim, as ideologias filiadas ao paradigma subjetivista, como o neoliberalismo, pós-estruturalismo, multiculturalismo, bem como as diversas formas de manifestação do culturalismo, apontam para a ideia de que são os sujeitos, seus desejos, suas necessidades, sua ação, sua razão, seus sentimentos, sua identidade, que constituem o elemento fundamental e que explicam os movimentos sociais, os indivíduos etc. (VIANA, 2018a).

interesses de algumas mulheres⁷. E isso pode ser visto na manifestação de um conjunto de valores, sentimentos e mentalidade, que não apontam para a luta pela verdadeira libertação das mulheres, muito menos da totalidade da humanidade.

Muitas mulheres caíram/caem nos “encantos” do feminismo — afinal, ele não se constitui somente de ilusões—, e isso tem dificultado a compreensão real de sua situação na sociedade capitalista e, por conseguinte, da real solução para tal situação. A libertação das mulheres pressupõe o rompimento com sua prisão mental: o feminismo e suas concepções burguesas e reducionistas, bem como o vínculo de sua luta com a luta do proletariado revolucionário para abolir o capitalismo. A subordinação da mulher é um produto social e histórico, e sua transformação só é possível com a transformação radical de toda a sociedade.

RECEBIDO em 14/01/2023
APROVADO em 22/05/2023

⁷As mulheres pertencem a classes sociais distintas, portanto, elas possuem valores e interesses também distintos. O próprio feminismo, com suas diversas concepções, demonstram a inexistência de unidade entre as mulheres.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Stella. *Crítica ao Feminismo: a Ideologia Feminista como Prisão Feminina*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

COLETIVO 8 DE MARÇO. *A Quem Interessa o Feminismo Culturalista?* Disponível em: <http://coletivooitodemarco.blogspot.com/2016/03/a-quem-interessa-o-feminismo.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. A Proletária. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm#tr2>.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; e GOMES, Márcia (orgs). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

SAFFIOTTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: Albertina de Oliveira Costa; Cristina Bruschini (org). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019a.

VIANA, Nildo. Marxismo e Cultura. *Práxis Comunal*, vol. 01, n. 01, dez. 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/article/view/11948>.

VIANA, Nildo. Memória e Movimentos Sociais. *Movimentos Sociais*, vol. 04, n. 06, jan./jun. 2019b. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rms/article/view/569>.

VIANA, Nildo. *Memória e Sociedade: A luta em Torno da Rememoração*. Goiânia: Enfrentamento, 2020.

ZETKIN, Clara. *Sólo con la mujer proletaria triunfará el socialismo*. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/zetkin/1896/0001.htm>.